

## DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

**N.º 2020-154930/TEC/INEX-0325**

### DADOS DO EMPREENDEDOR

<b>Empreendedor</b>	MUNICIPIO DE APODI
<b>CNPJ</b>	08.349.011/0001-93
<b>Endereço do Empreendimento</b>	RUA VICENTE RODRIGUES DIOCLÉCIO E TRECHO DA RUA PADRE RENATO, CENTRO - APODI/RN - 59700-000
<b>Tipo de atividade</b>	Outros (Nenhuma das atividades listadas) (Nenhuma das atividades listadas) (Pavimentação em paralelepípedo pelo método convencional das seguintes ruas: Rua Vicente Rodrigues Dioclécio e Trecho da Rua Padre Renato Menezes.)
<b>Coordenadas geográficas</b>	X:633.781,10 mE; Y:9.373.637,46 mN - Coordenadas de referência em UTM, Zona 24M, Datum SIRGAS 2000.

Declaro, para os devidos fins, em conformidade com o requerimento formulado pelo interessado supracitado, nos autos do processo administrativo em epígrafe, em atenção ao direito de petição, disposto no Art. 5º, XXXIII, da CF/88, que a atividade acima citada **NÃO É PASSÍVEL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**.

A presente declaração está baseada em informações apresentadas pelo interessado, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas, sujeitando-se as sanções administrativas, cíveis e penais em caso de comprovada falsidade.

Fica o interessado ciente que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP) somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em Lei.

Ressalta-se, por fim, que a presente declaração não dispensa e/ou substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza, porventura, exigidos por normas federais, estaduais e municipais, bem como, não exime o interessado de cumprir as obrigações previstas em legislações vigentes.

### RECOMENDAÇÕES:

1. O empreendedor fica ciente de que deve instalar o sistema de drenagem, direcionando adequadamente as águas pluviais, de forma a evitar inundações e formação de processos erosivos;
2. O empreendedor fica ciente de que deve implantar métodos que resultem na eliminação e/ou máxima redução da emissão de partículas de poeira na atmosfera, oriundas do trânsito de veículos e maquinários, a fim de não prejudicar a saúde dos funcionários envolvidos no trabalho e dos moradores das áreas de influência direta e indireta do empreendimento;

3. O empreendedor fica ciente de que só pode utilizar material de origem mineral (areia, argila, etc.) de áreas licenciadas pelo órgão ambiental competente, como também só disponibilizar bota-fora em áreas autorizadas pelo mesmo;

4. O empreendedor fica ciente de que deve gerenciar os resíduos sólidos da construção civil com base na Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas ambientais vigentes;

Natal, 13 de Outubro de 2020.